



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

PGEA 20.02.0903.0000045/2026-87

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**Fundamentação:** inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**1.1.** Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância armada, tipo empresarial, jornada de 40 horas semanais, 8 horas por dia, diurno, de segunda a sexta-feira, com 1 hora de intervalo intrajornada (sem supressão) para descanso/alimentação, com fornecimento de mão de obra especializada, incluído o fornecimento de todos os equipamentos e acessórios necessários, metodologia tática, operacional, devidamente compatibilizados à Procuradoria do Trabalho no Município de Londrina.

**1.2.** O código do serviço no Catálogo CATSER é 852-24015 - Serviço de vigilância armada.

**1.3.** Justificativa: A contratação se faz necessária para dar provimento à segurança institucional, nos aspectos de segurança aos membros, servidores, terceirizados e público em geral no âmbito das instalações da PTM, evitar riscos e ameaças ao patrimônio público e em virtude do iminente vencimento do contrato com a atual prestadora do serviço de vigilância.

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**Fundamentação:** inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021

**2.1.** - A contratação do serviço é continuada e possui disponibilidade orçamentária em manutenção básica, conforme programação orçamentária aprovada no PAAC 2026, cadastrada no sistema COSMOS sob a demanda nº 36305, com previsão orçamentária anual para o ano de 2026, de R\$ 170.456,30 (cento e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

**2.2.** Tabela resumo:

item	descrição	posto	jornada semanal	data de início	valor mensal máximo aceitável	valor anual máximo aceitável
1	Vigilância armada jornada 8h diárias, de segunda a sexta-feira, 1h de intervalo mínimo intrajornada (sem supressão), na PTM de Londrina	01	40 horas (diurno)	16/06/2026	R\$ 14.204,69	R\$ 170.456,30



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

#### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (facultativo)

**Fundamentação:** inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**3.1. Descrição dos serviços:** Os serviços serão prestados por empresa especializada em serviços continuados de vigilância armada em 01(um) posto, composto de 01 (um) vigilante, jornada de 40 horas semanais, 8 horas diárias, diurno, com 1 (uma) hora de intervalo intrajornada (sem supressão) para descanso/alimentação, 05 (cinco) dias na semana (de segunda a sexta-feira), com a finalidade de dar segurança aos membros, servidores, terceirizados e público em geral, e salvaguardar equipamentos, instalações, móveis, documentos constantes nas dependências da Procuradoria do Trabalho no Município de Londrina/PR.

#### **3.2. Requisitos do fornecedor/prestador de serviços:**

**3.2.1.** Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5173-30 - Vigilante.

**3.2.2.** A empresa que prestará os serviços deverá atender todos os requisitos legais e operacionais para participação no processo de contratação, tais como:

**3.2.3.** Possuir autorização para o pleno funcionamento, conforme Lei nº 14.967/2024, e regulamentações da DPF em plena validade.

**3.2.4.** Possuir registros das armas em sua posse e que serão fornecidas aos seus funcionários para o exercício das funções.

**3.2.5.** Possuir em seus quadros funcionários devidamente treinados em curso de vigilância, ministrados por empresas devidamente autorizadas, obtendo-se a Carteira Nacional de Vigilante-CNV.

**3.2.6.** Ter aptidão física e psicológica para o trabalho com arma de fogo.

**3.2.7.** Ter idoneidade comprovada com a apresentação de certidões, comprovando a quitação com as Justiças Eleitoral e Judiciais.

#### **3.3. Garantia da contratação:**

**3.3.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**3.3.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

**3.3.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**3.3.4.** A minuta de contrato deverá conter o detalhamento necessário das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**3.4. Subcontratação:** não há, aparentemente, vantajosidade e benefícios inerentes ao interesse público para prever tal situação à presente contratação. Assim, não será permitida subcontratação.

**3.5. Qualificação:**

**3.5.1.** Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoa jurídica especializada com utilização de arma de fogo e com o emprego de profissionais habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido, vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada e/ou autônoma.

**3.5.2.** A prestação dos serviços contratados observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público e as disposições que regulam as relações de trabalho.

**3.5.3.** A prestação dos serviços de vigilância dependerá de autorização prévia da Polícia Federal, à qual compete o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40 da Lei 14.967/2024.

**3.5.4.** Comprovação da formação e experiência profissional do vigilante: requisitos exigidos conforme estabelecem a Lei nº 14.967/2024, o Decreto nº 89.056/1983 e a Portaria DPF/MJ nº 3.233/2012 e suas alterações.

**3.6. Sustentabilidade:** A CONTRATADA deve atender os requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Decreto nº 7.746/2012.

## 4. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA

**Fundamentação:** IX e inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à motivação circunstanciada das condições do Edital, nos termos do Art. 18, inciso IX, as exigências deverão incluir:

**4.1. Qualificação econômico-financeira:**

**4.1.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

**4.1.2.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**4.1.3.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**4.1.4.** Os documentos contábeis deverão estar assinados por contador legalmente habilitado (com indicação do CRC ativo); acompanhados de termos de abertura e encerramento do livro contábil onde constam; registrados na Junta Comercial ou no órgão competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso; compatíveis com o regime de escrituração adotado pela pessoa jurídica.

**4.1.4.1.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**4.1.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

## **4.2. Qualificação Técnica:**

**4.2.1.** Autorização ou revisão de autorização para funcionamento concedida pelo Departamento de Polícia Federal, bem como a comprovação de comunicação à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação, exigidas nos termos do art. 14, incisos I e II, da Lei 7.102/1983, dos artigos 32 e 38 do Decreto nº 89.056/1983 e Portarias DPF/MJ nº 387/2006 e nº 3.233/2012, com respectivas alterações.

**4.2.2.** Atestado de capacidade técnica: comprovação de aptidão para execução de **serviço exclusivamente de vigilância armada**, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**4.2.3.** Somente serão aceitos atestados que comprovem a execução de serviços de vigilância patrimonial armada, não sendo considerados, para fins de habilitação técnica, atestados relativos à prestação de serviços de vigilância desarmada.

**4.2.4.** Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da presente contratação, **por período mínimo acumulado de 3 (três) anos**, admitido o somatório de atestados referentes a períodos sucessivos ou não.

**4.2.4.1.** A exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de vigilância armada, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, considerando a natureza crítica e sensível dos serviços a serem contratados.

**4.2.4.2.** Os serviços de vigilância armada envolvem atividade especializada, de execução continuada e diretamente relacionada à segurança institucional, patrimonial e das pessoas que circulam nas dependências da Administração, demandando do contratado estrutura operacional consolidada, capacidade de gestão de pessoal armado, regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas e domínio dos protocolos de segurança aplicáveis.

**4.2.4.3.** Nesse contexto, a exigência de experiência pretérita mínima visa reduzir riscos de inexecução contratual, descontinuidade dos serviços, falhas operacionais e inadequada gestão da mão de obra especializada, especialmente diante da relevância e essencialidade da atividade de vigilância armada.

**4.2.4.4.** A medida encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir documentação relativa à qualificação técnico-operacional necessária à demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

**4.2.4.5.** Além disso, o prazo de 3 (três) anos observa entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União no sentido de que a Administração pode exigir experiência anterior compatível com a complexidade do objeto, desde que a exigência seja devidamente motivada, proporcional e não restrinja indevidamente a competitividade, admitindo-se, inclusive, a comprovação mediante períodos sucessivos ou não.

**4.2.4.6.** Ressalte-se, ainda, que serão aceitos exclusivamente atestados referentes à prestação de serviços de vigilância armada, por se tratar de atividade com requisitos operacionais, normativos e de gestão substancialmente distintos daqueles aplicáveis à vigilância desarmada, circunstância que justifica a necessidade de comprovação específica de experiência compatível com o objeto pretendido. Por fim, experiência pretérita em contratações semelhantes, não apontaram qualquer restrição na competitividade, havendo



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

sempre comparecimento de um número considerável de empresas interessadas em prestar o serviço, a despeito de mesma exigência temporal.

**4.2.5.** Para fins de aferição da compatibilidade referida no subitem anterior, poderá a Administração considerar a execução de serviços de vigilância armada envolvendo, no mínimo, 1 (um) posto de vigilância, em período contínuo ou não.

**4.2.6.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

**4.2.6.1.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**4.2.7.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**4.2.8.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**4.2.9.** Os atestados deverão apontar início e fim das atividades prestadas; caso não se aponte o fim, será considerado como termo final, a data da assinatura desse, independentemente de contrato correlato.

**4.2.10.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

**4.2.11. Técnico-profissional:**

**4.2.11.1.** Comprovação da formação e experiência profissional do vigilante: requisitos exigidos conforme estabelecem a Lei nº 14.967/2024, o Decreto nº 89.056/1983 e a Portaria DPF/MJ nº 3.233/2012 e suas alterações.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (obrigatório)

**Fundamentação:** inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.** O objetivo da contratação é de 01(um) posto composto por 01 vigilante com jornada de 40 horas semanais, 8 horas diárias, diurno, com 1 (uma) hora de intervalo intrajornada (sem



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

### **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

supressão) para descanso/alimentação, 05 (cinco) dias na semana (de segunda a sexta-feira), conforme descrito nos itens 1.1 do presente documento.

**5.2.** Para a execução dos serviços será necessário o fornecimento pela empresa contratada de 01 funcionário.

**5.3.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por iguais períodos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.** O valor máximo a ser cobrado será de acordo com a forma final a ser contratada na licitação respectiva, sendo que geralmente nesse tipo de contratação usa-se a forma de pagamento mensal. Poderá ainda ocorrer outra forma negociada e servirá para prestação de serviços de vigilância armada e será o valor levantado em cotações e pelo resultado da licitação.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Fundamentação:** inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021; Súmula TCU nº 254/2010; IN SEGES/MPDG nº 5/2017 (Anexo VII-D, Nota 2, pág. 84).

### **6.1. Levantamento de Dados e Justificativa Técnica**

**6.1.1.** A opção pela vigilância armada é fundamentada nos seguintes elementos:

**6.1.2.** A unidade está localizada em região com elevados índices de criminalidade, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública local;

**6.1.3.** Registro de ocorrências anteriores envolvendo tentativas de invasão, ameaças ou abordagens suspeitas nas imediações;

**6.1.4.** A unidade possui acesso aberto ao público, com movimentação diária significativa e atendimento de demandas sensíveis;

**6.1.5.** Presença de documentos sigilosos, equipamentos de TI e bens patrimoniais de alto valor, exigindo resposta imediata e eficaz a tentativas de violação;

**6.1.6.** A Política de Gestão de Riscos do MPU (Portaria PGR nº 78/2017) determina a adoção de medidas proporcionais ao grau de risco identificado, recomendando o uso de vigilância armada nos casos em que a capacidade de resposta da modalidade desarmada se mostra insuficiente.

### **6.2. Alternativas Consideradas**

**6.2.1.** Vigilância desarmada: insuficiente diante do risco de confrontos e situações de ameaça real à integridade física de pessoas e patrimônio;

**6.2.2.** Sistema eletrônico de segurança (monitoramento remoto): complementar, mas não substitui a presença física armada, necessária para pronta resposta.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

#### 6.3. Conclusão:

**6.3.1.** Diante da análise realizada, considera-se tecnicamente adequada a contratação de serviço de vigilância armada

#### 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**Fundamentação:** inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.** Os custos de contratação foram colhidos da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028, entre FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E REGIÃO e outros, registrada em 05/02/2026 no MTE sob número PR000251/2026 <sup>1</sup> e a Tabela Salarial 2026/2027.<sup>2</sup>

**7.2.** Para orientação dos cálculos, foi adotado o Referencial Técnico de Custos, 4ª edição, da Auditoria Interna do MPU – Audin <sup>3</sup> e o CADTERC/SP, Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, vol. 1.<sup>4</sup>

**7.3.** A referida planilha inclui todos os custos de contratação e estará disponível aos licitantes em anexo ao Modelo de Proposta Comercial do Edital.

**7.4.** A estimativa de contratação anual é de R\$ R\$ 170.456,30 (cento e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

#### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º, inciso IV da IN nº 40/2020.

**8.1.** A solução mais adequada e suficiente para atender a demanda de vigilância armada na Sede da PRT 9ª é a contratação de empresa especializada na prestação desse serviço, por 1 (um) ano.

<sup>1</sup> Disponível em <https://vigilantescuritiba.org.br/>.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Referencial Técnico de Custos da Audin, 4ª edição. Disponível em <https://auditoria.mpu.mp.br/documentos-audin-mpu/manuais-e-cartilhas/referencial-tecnico-de-custos-audin>.

<sup>4</sup> CADTERC/SP, Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, vol. 1. Disponível em: [https://www.bec.sp.gov.br/bec\\_servicos\\_ui/CadTerc/UI\\_sVolumeItemRelaciona.aspx?volume=1&anexoID=895](https://www.bec.sp.gov.br/bec_servicos_ui/CadTerc/UI_sVolumeItemRelaciona.aspx?volume=1&anexoID=895).





## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

### **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**8.2.** A justificativa para contratação por um ano com eventuais renovações por iguais períodos se deve à reformulação da contratação de serviços de vigilância armada, especialmente em Unidades situadas em condomínios, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (obrigatório)**

**Fundamentação:** inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020.

**9.1.** Não se aplica, porque o objeto será licitado em item único.

#### **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (facultativo)**

**Fundamentação:** inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021

**10.1.** A contratação de serviço de vigilância patrimonial na modalidade armada tem como objetivo não apenas garantir a segurança física de servidores, usuários, bens e instalações da unidade, mas também otimizar a alocação de recursos públicos, com base nos princípios da eficiência, razoabilidade e economicidade, conforme previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

**10.2.** Embora a modalidade armada possa apresentar, em tese, custo unitário superior à vigilância desarmada, a análise técnica demonstra que ela representa a alternativa mais custo-efetiva, por proporcionar maior dissuasão de ameaças e pronta resposta a situações de risco, reduzindo a necessidade de quantitativo adicional de postos ou reforço com outros meios.

**10.3.** Além disso, a vigilância armada permite um aproveitamento mais racional dos recursos humanos, pois cada posto armado, com vigilante devidamente treinado e autorizado pela Polícia Federal, é capaz de cobrir áreas críticas com maior eficácia, evitando o fracionamento excessivo de postos e a superposição de esforços. O uso estratégico de postos armados pode ser complementado por tecnologia de segurança eletrônica (CFTV, sensores e controle de acesso), resultando em uma solução híbrida mais eficiente.

**10.4.** Do ponto de vista financeiro, a modelagem adequada do objeto da contratação, aliada à adoção de planilha de custos conforme piso legal e convenções coletivas, visa evitar distorções de mercado, práticas predatórias e posteriores riscos de reequilíbrio econômico-financeiro, comuns em pregões que priorizam exclusivamente o menor preço, sem a devida análise de riscos.

**10.5.** Por fim, busca-se evitar custos ocultos decorrentes de contratações ineficazes, como danos ao patrimônio público, passivos trabalhistas e insegurança institucional, que podem gerar prejuízos muito superiores à eventual diferença inicial de preço entre modalidades de vigilância. Assim, a contratação ora pretendida contribui para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, com foco na qualidade, continuidade e segurança da prestação do serviço.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (facultativo)**

**Fundamentação:** inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**11.1.** Em se tratando de serviço contínuo e com dedicação exclusiva de mão de obra, não se vislumbra providências prévias à contratação neste caso.

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (facultativo)**

**Fundamentação:** inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**12.1.** Não há.

**13. IMPACTOS AMBIENTAIS (facultativo)**

**Fundamentação:** inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**13.1.** Não há.

**14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**Fundamentação:** inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021

**14.1.** À vista do exposto, esta Comissão se manifesta pela viabilidade e razoabilidade da contratação.

**15. REPONSÁVEIS**

**15.1.** Os membros da Comissão de Planejamento da Contratação abaixo assinados foram designados pela Portaria nº 238.2025, de 9 de setembro de 2025.

Curitiba, 23 de abril de 2026.

INTEGRANTE REQUISITANTE:

---

assinado eletronicamente  
LIVEA AGUIAR SANTOS SANCHES  
Chefe de Secretaria  
PTM Londrina



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

INTEGRANTES ADMINISTRATIVOS:

---

*assinado eletronicamente*  
ELISEU PEREIRA  
Seção Licitações e Compras

---

*assinado eletronicamente*  
RÉGINES HENRIQUE PEREIRA  
Setor de Contratos